

Exmo.(a) Senhor(a)

Associação EPIS - Empresários pela inclusão
Social
Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar -
Edifício E, 1º andar
1649-038 Lisboa

VOSSA REFERÊNCIA	VOSSA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		42/2025 - SigmaDoc	25/02/2025

Assunto: Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar - Atividades promotoras de sucesso escolar no pré-escolar, 1º, 2º e 3ºCEB - aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso” no município de Resende - Convite apresentação de proposta.

V. Exa.,

Na sequência da decisão de contratar adotada por despacho do Secretariado Executivo Intermunicipal, em 18/02/2025, vem a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa convidar V. Exa. a apresentar proposta no âmbito do procedimento pré-contratual, por ajuste direto, para aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso” no município de Resende.

O presente procedimento, atento o valor base, é adotado ao abrigo do disposto na alínea d), n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Para o efeito, informa-se que:

1. Objeto

No âmbito do presente procedimento, identifica-se o seguinte objeto, conforme cláusula 1.ª do caderno de encargos: aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso”, no Agrupamento de Escolas de Resende, do município de Resende.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a CIM do Tâmega e Sousa, com sede na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel.

3. Documentos da proposta

A proposta deve incluir os seguintes documentos:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente convite;

- b) Declaração sob compromisso de honra quanto a entidades especialmente relacionadas entre si, elaborada em conformidade com o modelo contante do **Anexo A** ao presente convite.
- c) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente convite, que identifique o preço total do serviço, o preço por referência e o prazo de execução. O preço da proposta será expresso em Euros, por extenso e algarismos, e não incluirá IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso. Deverá ser apresentada proposta de preço para todas as referências que constituem o objeto contratual, sob pena de exclusão.
- d) Certidão permanente ou código de acesso (se aplicável).
- e) Plano de equipa afeta à execução do contrato.
- f) Curriculum vitae da equipa técnica afeta ao projeto.
- g) Declaração de participação na equipa técnica, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** ao presente convite.
- h) Declaração de afetação da equipa técnica, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo V** ao presente convite.
- i) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis, para efeito do disposto o n.º 1, na parte final da alínea b), do artigo 57.º do CCP.

Os documentos referidos neste ponto devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

4. Língua dos documentos

Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, devem os concorrentes fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

- a) Tradução devidamente legalizada ou
- b) Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

5. Data limite para apresentação da proposta

A proposta deverá ser entregue até às 17 horas do 5.º dia após a receção do presente convite.

6. Modo de apresentação da proposta

A proposta deverá ser submetida na plataforma eletrónica de compras públicas: Acingov.

- a) A participação no procedimento depende do prévio registo do interessado na plataforma eletrónica (<https://www.acingov.pt>), através do preenchimento do formulário de pré-adesão fornecedores;
- b) Os documentos que constituem a proposta, referidos no ponto 3. do Ofício Convite, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada;
- c) Os documentos que constituem a proposta deverão ser autenticados através de assinatura eletrónica nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- d) A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar;
- e) A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

7. Pedidos de esclarecimentos

Qualquer esclarecimento das peças do procedimento que seja necessário deverá ser solicitado através da plataforma electrónica, até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo os esclarecimentos da CIM do Tâmega e Sousa ser prestados até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

8. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data fixada para a apresentação das propostas.

9. Propostas variantes e negociação

Não é admitida a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

10. Preço base

O preço base do procedimento é de 10 819,52 (Dez mil oitocentos e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos), à qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

11. Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não será exigida a prestação de caução.

12. Documentos de habilitação

Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deverá remeter à CIM do Tâmega e Sousa os seguintes documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da decisão de adjudicação:

- a. Declaração de habilitação conforme modelo constante do Anexo II do presente convite (declaração prevista no n.º 1, alínea a), do artigo 81.º do CCP);
- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas no n.º 1, alíneas b), d), e) e h), do artigo 55.º do CCP:
- i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- iii. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções e da sociedade, destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.
- c. Comprovativo de IBAN.

Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para a respetiva supressão.

Com os melhores cumprimentos.

O Primeiro-Secretário,



(Telmo Pinto)

SL

SigmaDoc